



Pontos fortes de Coesão Social: a experiência dos Núcleos de Vigília Cidadã a partir do projeto de educação ambiental Territórios do Petróleo^{1 2}

Natália Ribeiro³

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF)

<https://orcid.org/0009-0008-6807-1661>

Caio Cesar Piraciaba De Brito⁴

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

<https://orcid.org/0000-0002-0323-7439>

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo apresentar os resultados da pesquisa que buscou caracterizar e compreender a coesão social dos Núcleos de Vigília Cidadã (NVCs) do Projeto de Educação Ambiental (PEA) “Territórios do Petróleo”. Buscamos entender o grau de consenso ou dissenso dos membros dos 10 NVCs acerca de suas percepções de pertencimento a um projeto comum referente a vigília cidadã. Este artigo pretende trazer um recorte específico dos resultados desta pesquisa, dando ênfase aos pontos fortes de coesão a partir de um processo de educação ambiental crítica que apareceram em todos os núcleos e que demonstraram uma significativa importância no que diz respeito a união dos membros, a permanência deles nos seus respectivos núcleos e as suas projeções de futuro neste espaço.

Palavras-chave: Coesão Social. Educação Ambiental Crítica. Pertencimento. Cooperação.

Fortalezas de la Cohesión Social: la experiencia de los Núcleos de Vigilia Cidadã a partir del proyecto de educación ambiental Territorios Petroleros

¹ Recebido em: 12/07/2024. Aprovado em: 18/03/2025.

² Este artigo é resultado de pesquisa financiada pelo Projeto de Educação Ambiental (PEA) Territórios do Petróleo: Royalties e Vigília Cidadã na Bacia de Campos, que é uma medida de mitigação exigida pelo Licenciamento Ambiental Federal, conduzido pelo IBAMA.

³ Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense, licenciada em Filosofia pelo Centro Universitário Fluminense, mestre pelo Programa de Pós Graduação Stricto Sensu em Políticas Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense, Doutora pelo mesmo programa. É professora de Filosofia da Educação básica, atuando junto ao Ensino médio e Assistente Social do Degase. Email: natysoaresibeiro@hotmail.com

⁴ Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense - UFF (2018) e em Pedagogia pelo Centro Universitário Claretiano (2019). Psicopedagoga Clínica e Institucional na UCAM-Prominas (2020). Mestre em Educação pela Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF (2021). Doutorando em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Email: caio_cbrito@hotmail.com

Resumen: El presente trabajo tiene como objetivo presentar los resultados de la investigación que buscó caracterizar y comprender la cohesión social de los Núcleos de Vigilia Ciudadana (NVC) del proyecto de educación ambiental (PEA) “Territorios Petroleros”. Buscamos comprender el grado de consenso o disenso entre los miembros de los 10 NVCs respecto de sus percepciones de pertenencia a un proyecto común en materia de vigilancia ciudadana. Este artículo pretende ofrecer un apartado específico de los resultados de esta investigación, destacando las fortalezas de cohesión a partir de un proceso de educación ambiental crítica que apareció en todos los centros, y que demostró tener una importancia significativa en lo que respecta a la unión de los miembros, su permanencia en sus respectivos centros y sus proyecciones de futuro en este espacio.

Palabras-clave: Cohesión social; Educación Ambiental Crítica; Pertenencia, Cooperación.

Strengths of Social Cohesion: the experience of Núcleos de Vigília Ciudadã based on the environmental education project Petroleum Territories

Abstract: The present work aims to present the results of the research that sought to characterize and understand the social cohesion of the Núcleos de Vigilia Ciudadã (NVC) of the Petroleum Territories environmental education project – PEA Petróleo Territories. We sought to understand the degree of consensus or dissent among members of the 10 NVCs regarding their perceptions of belonging to a common project regarding citizen vigil. This article intends to provide a specific section of the results of this research, emphasizing the strengths of cohesion from a process of critical environmental education that appeared in all centers, and demonstrated to have significant importance with regard to the union of members, their permanence in their respective centers and their future projections in this space.

Keywords: Social Cohesion; Critical Environmental Education; Belonging, Cooperation.

INTRODUÇÃO

Trabalhar na caracterização da coesão social de grupos e organizações da sociedade civil supõe compreender seu funcionamento enquanto organização coletiva, a sensação de pertença dos seus membros, como definem suas identidades, como projetam seus objetivos e se esses são comuns, o grau de confiança e afetividade entre eles, as trocas, cooperação ou ajuda mútua e as conquistas que compartilham enquanto grupo. Subentende-se que quanto maior o grau de coesão dos grupos mais preparados e capazes de alcançarem seus objetivos. A ideia central é que os atores, historicamente alijados dos processos decisórios, contribuam para a transformação local, a partir de sua incidência política (Boschi, 1999 *apud* Gantos, 2014).

Neste artigo analisaremos os pontos fortes de coesão dos NVCs (Núcleos de Vigília Ciudadã), que têm por objetivo a incidência política, a participação qualificada em espaços de controle social, a fim de disputarem recursos, visando sua redistribuição e o controle das rendas petrolíferas. Núcleos de Vigília Ciudadã são grupos comunitários, formados pelo público direta ou indiretamente impactados pela exploração do petróleo e gás. Foram criados a partir da segunda fase do projeto Territórios do Petróleo para contribuírem na mitigação do déficit informacional sobre as rendas Petrolíferas, exercendo controle Social em cada município.

Controle Social é uma expressão que ganhou maior notoriedade a partir do contexto da redemocratização e das lutas populares que buscavam alterar as relações autoritárias entre estado e sociedade, advindas do período da ditadura militar brasileira. A luta para maior democratização, monitoramento, implementação, elaboração, avaliação e fiscalização das políticas públicas nesse contexto inaugurou diversos espaços institucionais ou não em que é possível o exercício do controle social. Ou seja, a capacidade das políticas públicas e sociais de serem transpassadas pela vontade soberana do povo. Esses espaços são reconhecidos como conselhos de direito, conferências públicas, audiências públicas, fóruns temáticos, comitês das diversas políticas públicas, entre outros (Bravo; Correia, 2012).

Nesse sentido, a vigília cidadã é uma metodologia criada pelo Projeto de Educação Ambiental-Territórios do Petróleo, que ganha materialidade a partir da implantação e consolidação dos Núcleos de Vigília Cidadã (NVCs), “grupos operacionais” de até 20 pessoas em cada município. Durante o projeto os núcleos se fortaleceram e participaram de ações de aprendizado e de realização de tarefas, como mobilização de novos membros, compartilhamento de informações em comunidades por meio das reuniões comunitárias, entre outras. Assim, “a Vigília Cidadã foi se modelando aos poucos como método vivo em permanente revisão e (re)construção, um caminho desenhado para facilitar o caminho do público participante do PEA aos meios e produtos pedagógicos elaborados para contribuir com o acesso às modalidades e dispositivos de controle social presentes em cada município” (Gantos, 2019, p.37).

A vigília Cidadã busca fomentar a participação social dos atores das comunidades vulneráveis aos impactos da cadeia produtiva do petróleo e gás na gestão local, a partir do estímulo ao controle social, sendo um estado de alerta necessário ao acompanhamento e ingerência política (Gantos, 2019). Portanto, o projeto comprehende que participar é se fazer presente desde as etapas de formulação/elaboração até avaliação e execução de programas, projetos, planos. Assim, infere-se que haja uma relação entre informação, conhecimento e qualificação nas instâncias de controle social.

Compreendendo desse modo, percebe-se que os grupos não se formaram de forma espontânea, por isso, interesse saber dos efeitos dessas ações educativas e, se, adquiriram um grau de coesão entre seus membros que permita pensar o futuro e o exercício de sua participação cidadã ainda que o projeto encerre suas atividades.

Na bacia de Campos⁵ os núcleos estão presentes em 10 municípios, são eles: Arraial do Cabo, Armação dos Búzios, Cabo Frio, Carapebus, Casimiro de Abreu, Campos dos Goytacazes, Macaé, Quissamã, Rio das Ostras e São João da Barra, beneficiários de royalties e participações especiais.

Nesse sentido, este artigo tem como objetivo apresentar os resultados da pesquisa que buscou caracterizar e compreender a coesão social dos Núcleos de Vigília do PEA-Territórios do Petróleo, entendendo o grau de consenso ou dissenso dos membros acerca de suas percepções de pertencimento a um projeto comum referente a vigília cidadã.

Assim, as seções que se seguem apresentam num primeiro momento a metodologia adotada pela pesquisa; a segunda dialoga com os resultados e achados comuns entre os núcleos de vigília estudados, discutindo as noções de pertença, acolhida e o desejo de continuidade às ações do NVC.

METODOLOGIA ADOTADA

Com o objetivo de analisar o grau de coesão social, compreendendo a pertença e identidade dos 10 Núcleos de Vigília, bem como suas estratégias de ação coletiva a pesquisa se subdividiu em etapas e foram utilizados procedimentos metodológicos quantitativos.

A primeira etapa consistiu no aprofundamento da revisão bibliográfica e formulação e aplicação do questionário quantitativo, escala tipo “likert”⁶, com afirmações e graduação de respostas fechadas com 5 alternativas, deixando sempre um ponto neutro. O questionário-escala teve por objetivo coletar dados que pudessem ser mensurados para contribuir com a aferição da maturidade dos núcleos para a

⁵ A Bacia de Campos é uma bacia petrolífera, responsável por quase 80% da produção de petróleo e gás do país e se estende do Espírito Santo ao Rio de Janeiro. O Projeto Territórios do Petróleo atua em 10 municípios da referida bacia.

⁶ A escala tipo likert é uma metodologia quantitativa que busca localizar o sujeito a partir de suas posiciones em respostas predeterminadas, pois tem relação com aquilo que o pesquisador pretende medir. No nosso caso, a percepção em relação ao grau de pertencimento, objetivos dos NVCs, noção futura, entre outras. Segundo Luna (p. 1, 2007) a escala diz respeito a “un tipo de escala aditiva que corresponde a un nivel de medición ordinal; consiste en una serie de ítems o juicios a modo de afirmaciones ante los cuales se solicita la reacción del sujeto. El estímulo que se presenta al sujeto, representa la propiedad que el investigador está interesado en medir y las respuestas son solicitadas en términos de grados de acuerdo o desacuerdo que el sujeto tenga con la sentencia en particular. Son cinco el número de opciones de respuesta más usadas, donde a cada categoría se le asigna un valor numérico que llevará al sujeto a una puntuación total producto de las puntuaciones de todos los ítems. Dicha puntuación final indica la posición del sujeto dentro de la escala”.

continuidade futura, sendo aplicado a todos os membros dos núcleos de vigília de cada município que desejaram responder. Foram aplicados 140 questionários entre os 10 municípios integrantes do projeto e sua aplicação se deu durante os encontros microrregionais, que ocorreram em março de 2023 e abril de 2023. Buscando contemplar o máximo de respostas no sentido de generalizar as respostas para a totalidade dos membros, a equipe técnica do projeto também aplicou aos que não participaram dos encontros. Para a correta utilização do instrumento foi realizada uma discussão ampla com as equipes que acompanham cada núcleo e realizado pré-teste para dirimir dúvidas e aperfeiçoar o instrumento. Sobre a escala desse tipo, definida como psicométrica Lucian e Dornelas (2013, p. 170) afirmam:

Elaborar um instrumento psicométrico válido é uma tarefa árdua que, quando bem-sucedida, fornece um poderoso instrumento à academia para compreender o comportamento de determinada população. Para tanto, o processo de elaboração deve ser rigoroso, pois, dificilmente, os aplicadores do instrumento irão reavaliar as etapas preliminares da construção do instrumento, daí a necessidade do esforço de coleta de dados durante as etapas de desenvolvimento da escala.

Além da validade metodológica do questionário suas informações foram contrastadas com a metodologia de abordagem qualitativa junto aos núcleos de vigília. Assim, foram realizadas 10 rodas de conversa nos encontros microrregionais que versaram sobre a identidade, estratégias adotadas e sentimento de pertença dos Núcleos de Vigília Cidadã. Cada roda teve um observador com uma ficha de observação a ser preenchida sobre a dinâmica do grupo, uma pessoa responsável pela relatoria, um mediador e uma pessoa responsável pelo registro audiovisual. A roda foi pensada para transcorrer de forma fluida e sem tanta intervenção do mediador já que a autonomia, capacidade de sínteses, respeito às falas, escuta, presença ou não de lideranças estavam sendo observadas e registradas em documento próprio.

A roda culminou com a apresentação dos cartazes confeccionados por cada um dos grupos sobre “Quem sou” “o que quero ser” e “o que preciso conquistar”. Também foram realizadas 10 entrevistas semiestruturadas aos técnicos em acompanhamento dos NVCs. A entrevista continha um roteiro prévio de modo que se garantiu que os objetivos da pesquisa não se perdessem. “A finalidade real da pesquisa qualitativa não é contar opiniões ou pessoas, mas ao contrário, explorar o espectro de opiniões, as diferentes representações sobre o assunto em questão” (Gaskell, 2010, p.68). As entrevistas foram utilizadas de forma complementar a roda de conversa e questionário,

de modo que os elementos mais valorizados e contemplados no escopo deste artigo dizem respeito às percepções dos próprios membros dos NVCs.

A fim de analisar e interpretar as informações coletadas por meio da pesquisa e de forma a organizar o material, as informações foram agrupadas com base em similaridades e divergências de respostas. Fato que pressupôs a criação de categorias e eixos que permitiram esse agrupamento. A organização refletiu a “análise de conteúdo” das traduções/registros do material. Segundo Bauer (2010, p.237):

A análise de conteúdo é um exercício de redução de dados onde o texto é codificado em determinadas categorias. A transformação do texto original em categorias quantificadas é feita através de um referencial de codificação que abrange todo aspecto importante do material de pesquisa. O desafio é reduzir uma grande quantidade de material em unidades significativas de análise, sem perder a essência (o conteúdo, intenção) do material escrito original.

Dessa forma, combinando metodologias de diferentes abordagens pretendemos trazer o debate acerca da construção da identidade dos núcleos de vigília, bem como pensar as possibilidades de incidência Política, ainda que o projeto se extinga. Assim, os núcleos foram chamados a entender-se no presente para projetar um futuro, enquanto organização coletiva.

BREVE DISCUSSÃO SOBRE A COESÃO SOCIAL DE ORGANIZAÇÕES SOCIAIS

Falar de coesão social em grupos sociais pressupõe abordar elementos que possam garantir um estado de inclusão, união dos indivíduos ao grupo, compreendendo os laços que são formados e os elementos que consolidam esses laços. De modo geral, a Coesão Social pode significar o grau de consenso estabelecido pelos grupos ao se perceberem integrantes e pertencentes a um projeto comum, ou seja, construírem objetivos comuns a partir das diversidades (Ferrelli, 2015).

As abordagens em torno deste conceito partem, principalmente, de uma perspectiva política de cima pra baixo, como o Estado, por meio das políticas públicas atua de modo a conformar a sociedade e garantir sua coesão, entendendo que quanto menor a desigualdade social, maior a coesão social (Betancourt; Milian, 2021). Em seu texto, Betancourt e Milian passam pela utilização do conceito desde a abordagem na Sociologia Clássica até as formas contemporâneas de apreensão do conceito.

Por isso, tais abordagens abarcam o papel do Estado na distribuição dos recursos públicos e na conformação social, o grau de proteção e Bem-Estar Social. Mas pode-se

inferir que, para além dos mecanismos de organização estatal e seu raio de incidência na sociedade, a coesão está posta em todos os grupamentos sociais e nesse sentido é possível pensar as estratégias e ações dos indivíduos no grupo. Assim, o estudo da coesão social busca entender o que mantém as sociedades unidas, mas também a forma como a solidariedade entre os indivíduos se manifesta e como se organizam de forma cooperativa na provisão das suas necessidades.

Bodart (2016) alega que é comum uma confusão no que diz respeito à crença de considerar que um grupo possui ou não possui coesão social ou que ela é que vai garantir uma sociedade melhor. A coesão está presente em todos os grupos, na medida em que sem ela nenhum grupo poderia vir a existir, já que é elemento central de constituição de qualquer agrupamento ou organização social. No entanto, alguns podem ser mais ou menos coesos. E não necessariamente pode transformar a sociedade para melhor, haja vista, que a coesão pode se dar a partir de diferentes objetivos, canalizando a força de um grupo para o que se almeja conquistar, independente do que seja.

Segundo Bodart o que faz com que as pessoas atinjam num grupo esse estado de união é a motivação, seja por “coerções sociais, regras de reciprocidade, consciência coletiva, solidariedade e por carências ontológicas” (Bodart, 2016). A pesquisa demonstrou que a amizade aparece como um forte fator de mobilização. Ou seja, os membros começam adquirindo conhecimento e gradualmente vão construindo laços afetivos e um sentimento de solidariedade. Porém, além disso é necessário que haja não apenas o compartilhamento de experiências, mas também que tenham objetivos em comum. “Notamos que há coesão social quando temos um grupo composto por indivíduos que compartilham objetivos, ações, ideias e crenças” (Bodart, 2016).

A coesão social é parte integrante de uma solidariedade que faz com que os indivíduos se responsabilizem uns com os outros e com a causa coletiva, promovendo pressões, podendo atuar em conjunto e por isso mesmo servindo de fator que modera o orgulho e o individualismo, incentivados nas sociedades contemporâneas. Viver juntos, como propõe o Sennet (2012) em seu livro, pode nos fazer recuperar a nossa disposição e habilidade para a cooperação.

A discussão sobre Coesão pode ser correlacionada, sem nenhum problema, a um outro conceito que ganhou notoriedade com a pesquisa realizada sobre a descentralização político-administrativa no impacto da redução das desigualdades na Itália por Robert Putnam, o conceito de Capital Social. A partir da compreensão de que

o contexto cívico é importante para a consolidação de instrumentos de Democracia e para o funcionamento das instituições mais sólidas, percebe-se que quanto mais intensa for essa cultura, maior será o envolvimento da população na coisa pública (Res Pública), acarretando maior comprometimento com o bem público. Para que isso ocorra é necessário que haja confiança entre os pares, na medida em que isso os faz cooperar e estimula a cooperação.

Assim, Capital Social minimiza os riscos e os ônus, ampliando o potencial de atuação de um grupo ou sociedade e se constitui como uma forma de poder. Pode ser caracterizado como “conexões entre indivíduos — redes sociais e normas de reciprocidade e confiança que aumentam a produção de capital físico e capital humano. Neste sentido capital social está intimamente relacionado com o que muitos chamam de ‘virtude cívica’ (Putnam, 1996). Acreditamos que o acúmulo de Capital Social produz grupos mais coesos, na medida em que estabelecem normas sociais e redes de auxílio mútuo, possuindo confiança interpessoal e reciprocidade.

A coesão passa pelo compartilhamento de valores, crenças, objetivos, o que torna imprescindível apontarmos para a questão da identidade e pertença como lócus de reflexão, na medida em que a identidade cultural de um grupo pressupõe um sentimento de pertencimento, a partir de valores e objetivos comuns. Berger e Luckmann (2014) já abordavam que a identidade envolve um processo subjetivo que estabelece uma relação com a sociedade, ou seja, se dá a partir da percepção de si, mas também do olhar dos outros, uma relação dialética que une o comum, mas também a diferenciação. Assim, somos em construção, o que faz com que a própria identidade possa ser remodelada, na medida em que se constrói por meio das relações sociais.

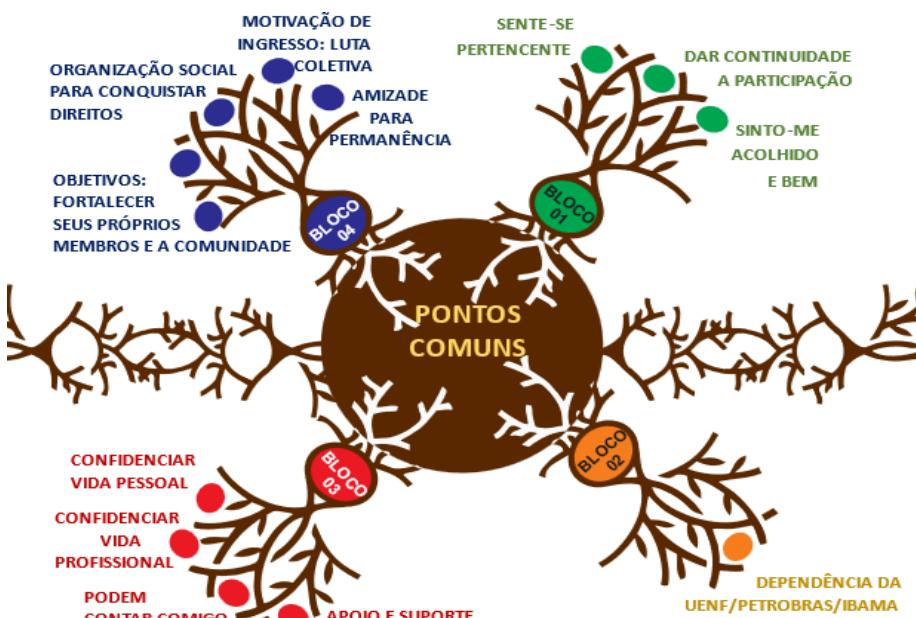
A EXPERIÊNCIA DOS NÚCLEOS DE VIGÍLIA CIDADÃ DO PROJETO DE TERRITÓRIOS DO PETRÓLEO

Nesta seção apresentaremos e discutiremos os pontos e elementos que guardam similaridade na percepção dos integrantes dos 10 Núcleos de Vigília estudados. Abaixo segue a figura de um rizoma, a representação gráfica elaborada por Marcos Cunha (2023) para caracterizar os NVCs e suas amplas possibilidades. O rizoma, diferente da árvore, não tem uma estrutura rígida, pelo contrário, seus caules ficam subterrâneos e se expandem na superfície em sentido horizontal por todas as direções. Assim são flexíveis, diversos, que não fecham em si, mas buscam compartilhar para expandir e

colaborar, experimentam-se. Talvez por isso mesmo Deleuze e Guattari (1995) tenham utilizado a simbologia do Rizoma para o pensamento filosófico, contrapondo-se ao pensamento cartesiano.

Abaixo apresentamos na figura 1 um rizoma produzido para ilustrar os pontos em comum que mais se destacaram. Os blocos (01, 02, 03 e 04) foram uma forma que encontramos de categorizar os tipos de ponto em comum. Sendo o Bloco 01 mais próximo aos motivos pessoais/afetivos para permanência no NVC, o bloco 02 apresenta o elemento que eles identificam como ponto de fraqueza, o bloco 03, as relações de amizade e confiança entre os membros e finalmente o bloco 04 que apresenta os motivos políticos de permanência.

Figura 1: Rizoma das similaridades entre os NVCs



Fonte: Elaboração de Marcos Cunha, Designer do PEA-TP em 2023

Outro fator que envolve a identidade dos NVCs é como os sujeitos individuais transformam-se em sujeitos coletivos. Quando chamamos os núcleos a refletirem, durante as rodas de conversa sobre sua identidade, enquanto grupo, buscávamos compreender se os NVCs tinham uma identidade coletiva, ou se essa ideia ainda era distante. Abaixo é possível conferir as respostas, contidas nos cartazes “Quem sou”:

Quadro 1: Percepção das Identidades dos NVCs

NVCs	Quem Sou
Arraial do Cabo	Uma organização coletiva, sem fins lucrativos mantida pelo PEA-TP que tem como objetivo principal acompanhar a aplicabilidade das rendas petrolíferas e exercer controle social
Cabo Frio	Um grupo em organização em busca de seus direitos, não muito reconhecido e bastante dependentes das instituições
Armação dos Búzios	Grupo heterogêneo na faixa etária e atuação, que cresceu muito e busca compartilhar os conhecimentos, que acredita e pretende continuar seu trabalho de vigilância
Rio das Ostras	Grupo harmônico que se enxerga como família, que acolhe e confere voz a todos, que compartilha conhecimentos, experiências e opiniões, sendo bastante unido em prol da formação de uma consciência cidadã para a atuação.
Casimiro de Abreu	Grupo que analisa as decisões do poder público, pensando e buscando definir os recursos advindos dos royalties; aprendiz e executante dos ensinamentos do NVC, um grupo que observa as necessidades comunitárias e busca intervir
Macaé	Grupo coeso, persistente, vigilante, fiel, integrador coletivamente e resistente que busca direitos dentro de uma lógica cidadã.
Campos dos Goytacazes	Grupo comunitário, heterogêneo, democrático que atua na mitigação da desinformação sobre royalties
Quissamã	Uma resistência que luta cotidianamente por melhorias na nossa cidade; uma voz ativa que luta por direitos sendo porta vozes de nossas comunidades
Carapebus	Grupo comunitário que visa que visa adquirir conhecimento e ferramenta de busca de melhorias
São João da Barra	Grupo de pessoas que se reúnem para buscar, enquanto sociedade civil aprender como participar dos espaços públicos (conselhos, audiências públicas e/ou câmara de vereadores, associações).

Fonte: Elaboração própria da pesquisa, 2023

Compreender como os Núcleos de Vigília se identificam, enquanto um grupo ou uma organização social pressupõe acompanhar um pouco desses processos intersubjetivos. Como essas pessoas se uniram? O que as faz permanecer unidas? Quais objetivos envolvem a presença e permanência do NVC?

Os NVCs se entendem enquanto grupo, independentemente do nível de organização, compreendem que têm por tarefa a vigília cidadã, mas diferem quanto às ações no momento presente referente a essa vigília. Por exemplo, alguns municípios, como Carapebus e São João da Barra acreditam que o Núcleo seja um espaço de

aprendizagem para qualificar outros espaços, o que é verdadeiro também. Mas o foco atual é mais a qualificação do que a incidência política. A incidência é vista pelo viés individual das pessoas que fazem parte do núcleo e são ou podem compor outros espaços. Ainda não se veem de forma coletiva, enquanto um NVC que pode ser atuante nos espaços de controle social. Cabo Frio, por exemplo, se coloca como um grupo em organização, ou seja, precisa consolidar uma certa autonomia em relação às instituições para que consiga se estabelecer enquanto um grupo que atua coletivamente.

Além disso, o nível de organização e/ou capacitação para atuação em grupo pode envolver uma série de outros fatores, como o pertencimento ao grupo, a grande rotatividade da equipe técnica que acompanha os núcleos em alguns municípios, a grande rotatividade dos membros dos grupos, entre outros. Existem alguns fatores que podem provocar o engajamento e desengajamento desses atores durante o processo de educação ambiental.

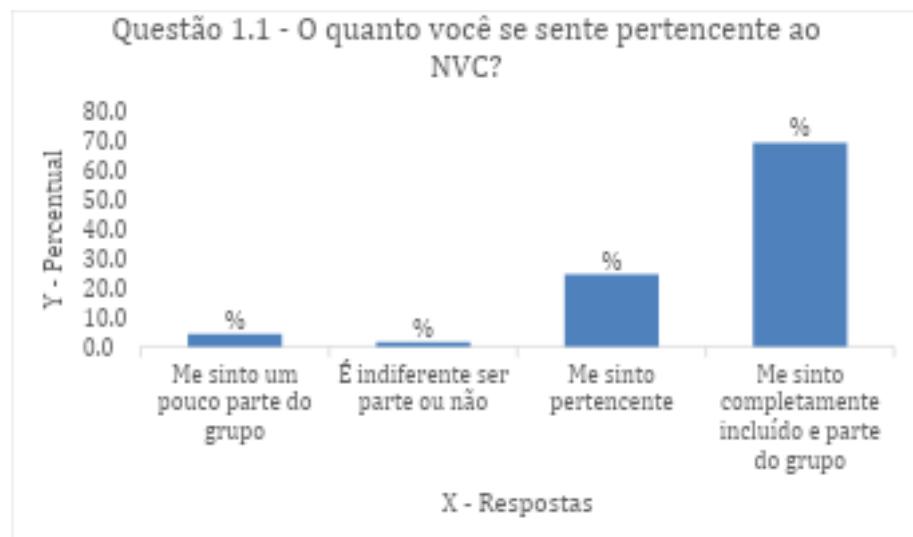
Acerca desses fatores, Lima (2022) no âmbito do projeto reflete que o PEA-TP é uma instância de participação provocada ou dirigida, na medida em que a mobilização inicial das pessoas não se dá de forma espontânea e outros fatores são responsáveis por engajá-las. A autora identifica que o engajamento ao projeto se dá principalmente pela confiança que se nutre em outras pessoas integrantes do processo e o desengajamento advém, principalmente do perfil mais jovem em idade de ingresso no mercado de trabalho e por motivos de estudo.

Apesar de também existirem outros fatores como a quebra de expectativas com as ações do projeto, o motivo mais citado é o acima mencionado, o que pode demonstrar que a construção de vínculos ao NVC tem caráter forte nas relações mantidas entre os membros do NVC, sendo a confiança um fator de permanência. Isso demonstra em segunda instância que os participantes das ações educativas se sentem acolhidos e pertencentes. Em relação ao conceito de pertença, entende-se, segundo Koury (2001) que pertencer é compartilhar valores, é ser, mas é também estar no mundo, em um local que se reconhece como seu. Nesta seção estão os dados que guardam similitude de resposta em todos os núcleos.

Acerca do tempo de participação dos membros dos núcleos, ele varia bastante: 31,4% dos respondentes têm menos de 1 ano; com mais de 1 ano e menos de 5 anos temos 32,2%, e com 5 anos a 10 temos 36,4%. Um quantitativo razoável de pessoas mobilizadas por mais de 5 anos e que, conforme já mencionado, mobilizam novas

pessoas e compartilham conhecimentos. É possível perceber que os NVCs se sentem pertencentes ao seu grupo ao qual participam, o que pode ser visto na figura 2.

Figura 2: Sobre a sensação de pertencimento dos membros ao NVC



Fonte: Elaboração própria da pesquisa, 2023

No questionário, os membros foram indagados a respeito do sentimento de pertencimento e nenhum deles optou pela resposta "Não me sinto parte do grupo". Além disso, foi praticamente total o número de membros que se sentem completamente incluídos e parte do NVC que frequentam. Isso demonstra o quanto o NVC é reconhecido pelos membros como um espaço "seu", que conseguem se expressar, ser respeitados, se identificar e que por isso atribuem um enorme valor às práticas do grupo.

Além disso, os membros dos núcleos relatam que pretendem dar continuidade a sua participação e se veem vinculados num futuro às ações do NVC, na medida em que 76, 6% afirmam que concordam com a frase “pretendo dar continuidade às minhas ações no NVC e me vejo participando do núcleo num futuro próximo”, 20,9% concordam de forma parcial e 2,9 nem concordam e nem discordam, não tendo nenhuma resposta discordo parcialmente e totalmente. Esse é um fator que aponta engajamento e motivação com ações do núcleo ao mesmo tempo em que atribuem importância a sua ação no grupo.

Sobre se sentirem bem e acolhidos ao grupo que fazem parte, 86,3% dos respondentes alegaram concordância completa; 12,2% concordância parcial, 0,7% não concordam nem discordam e 0,7% discordam parcialmente. Isso demonstra que os

núcleos têm se consubstanciado, de fato, em um espaço em que é possível ter troca, fraternidade e solidariedade.

Embora as trocas e a amizade sejam fatores de permanência alegados por grande parte dos membros, o objetivo está ligado à possibilidade de realização da incidência política, o controle das rendas públicas e aplicação desses recursos. Foi possível constatar que, mesmo que o sentimento de amizade seja algo forte e presente, os membros não utilizam as reuniões do grupo como espaço terapêutico, já que já que acerca de compartilharem sua vida pessoal e profissional com o grupo, a minoria alega que compartilha suas questões pessoais e profissionais. Ou seja, pode acabar acontecendo de confidenciar algo, mas o objetivo de estarem reunidos é outro. Assim, em relação ao grau de similaridade dos objetivos do grupo se somarmos 50,7% aos 38,6% temos um total de 89,3% dos membros dos NVCs que apresentam uma graduação positiva na escala, acreditando que o grupo tem objetivos suficientes ou bastante em comum, o que pode ser visto na figura 3 abaixo.

Figura 3: Sobre os objetivos dos NVCs



Fonte: Elaboração própria da pesquisa, 2023

A similaridade de objetivos é importante para a coesão, na medida em que auxilia resoluções de conflitos em torno de um consenso ou até mesmo na construção de pautas, expandindo-se para a atuação externa. Além da percepção de objetivos similares, era pertinente indagar quanto à natureza desses objetivos.

95,6% alegam que o fortalecimento comunitário é o principal objetivo dos Núcleos de Vigília. Ou seja, relacionam a participação no grupo como possibilidade de causar mudanças concretas em suas comunidades e de fazê-las mais preparadas para reivindicarem suas questões. Isso demonstra que concebem o núcleo como parte de um processo que visa coletivizar os esforços para ter maior alcance. Além disso, também compreendem o grupo como um espaço que fortalece seus próprios membros.

Os núcleos foram ao longo do tempo se consolidando como espaços de trocas significativas em que a amizade também se tornou a tônica das relações. E apesar de não falarem de suas vidas com tanta frequência, demonstram um grau de confiança nos membros do grupo, já que alegam que esses podem contar com eles, um total de 97,1% concordando com a afirmativa “os membros do NVC podem contar comigo”, sendo 70,5% concordância completa e 26,6% parcial, inexistindo graduação negativa para essa questão, com 2,9% de neutros. Além disso, caso precisem, também buscarão o NVC como um grupo de suporte e apoio.

Importante ressaltar que para a questão da acolhida aos outros membros não tivemos as variações negativas, já que 70,5% concordam completamente que estarão disponíveis para oferecer suporte aos membros do grupo que necessitarem de algo, 26,6% concordam parcialmente e 2,9% estão neutros. Isso pode indicar que o NVC tem sido também um espaço para o exercício de habilidades importantes como escuta e cooperação. Além de se colocarem disponíveis para auxiliar, também entendem o núcleo como um espaço de acolhimento de suas questões. São trocas do tipo ganha-ganha, como estabelece Sennett (2012, p.55) ao buscar entender como as cooperações funcionam.

A cooperação natural começa, assim, pelo fato de que não podemos sobreviver sozinhos. A divisão do trabalho nos ajuda a multiplicar nossos poderes insuficientes, mas essa divisão funciona melhor quando é flexível, pois o próprio ambiente está em constante processo de mudança.

Sennett (2012) afirma que as trocas experimentadas entre os seres humanos é que equilibram a competição e a cooperação. Manter-se atrelado a um grupo pressupõe avaliar a capacidade de dar e receber, ou seja, essa manutenção se faz por meio das trocas. Na troca ganha-ganha todos recebem e compartilham benefícios. Segue o gráfico que demonstra o fato de contarem com o grupo na resolução de suas questões, já que entre concordância parcial e completa temos 88,6% dos respondentes.

A hierarquia entre as trocas, ou seja, estar num grupo e perceber que as trocas podem se dar no sentido de soma zero, quando uma das partes tende a se sobressair em detrimento da outra e troca tudo só para um, na qual há a aniquilação total de uma das partes, conforme delimita Sennett (2012), pode ser um fator desmobilizador. Assim, para a realidade dos NVCs a amizade tem se tornado um fator preponderante de manutenção das relações entre o grupo. Quanto a afirmativa “A amizade é um fator de permanência no núcleo”, 83,1% responderam de forma positiva, conforme pode ser observado abaixo na figura 4:

Figura 4: Sobre amizade para a permanência no núcleo

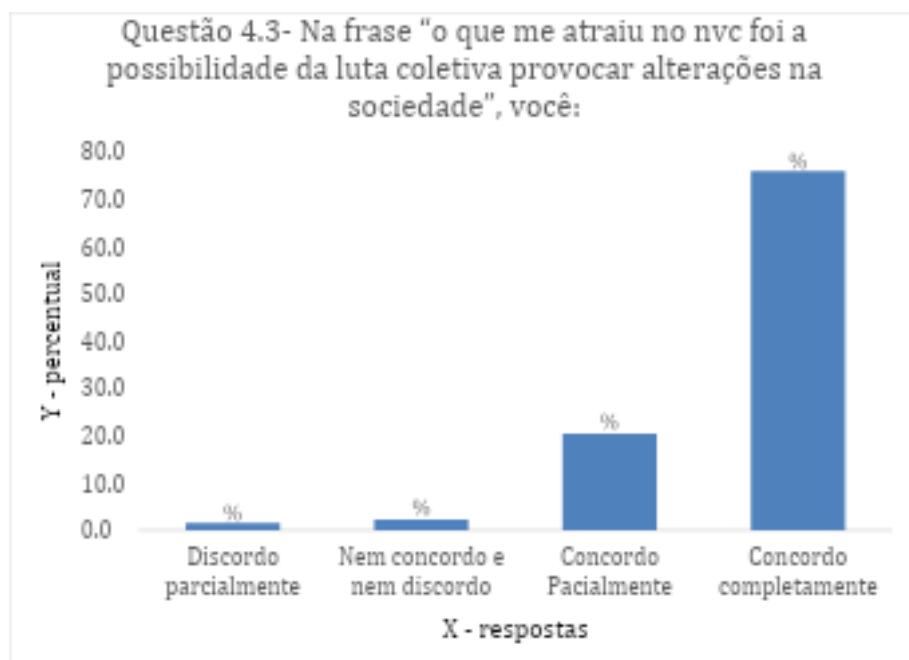


Fonte: Elaboração própria da pesquisa, 2023.

Apesar de não entrarem buscando fazer amizades, na medida que a motivação para o ingresso foi a possibilidade da luta coletiva, visando a organização para conquistar direitos, o laço entre os membros do NVC vai se fortalecendo cada vez mais ao ponto de desenvolverem uma amizade, que caminha para a forte cooperação e solidariedade. É possível perceber também que a parte majoritária dos NVC acreditam que esses laços são fundamentais para a organização social e para se fortalecerem nas lutas coletivas. Entendem que a motivação principal para entrarem, além da indicação por outros membros que já faziam parte, é a possibilidade de luta para a alteração da realidade que vivenciam. Assim, em relação à afirmativa “O que me atraiu foi a possibilidade da luta coletiva em provocar alterações na sociedade”, que se expressa na figura 5, os membros dos NVCs afirmaram na sua quase totalidade que sim, somando as

gradações positivas temos o total de 96,3%. Com apenas 2,2% de neutros e 1,5% de “discordo parcialmente”, não tendo nenhum respondente no extremo negativo.

Figura 5: Sobre a luta coletiva transformar a sociedade



Fonte: Elaboração própria da pesquisa, 2023

Nesse sentido, é perceptível o quanto os membros entendem a organização coletiva como um meio efetivo de conquista de direitos em áreas como saúde e educação ou outras políticas sociais. Além disso, identificam a enorme importância da instrumentalização dos membros para avançar e melhorar a organização interna, de modo que possam incidir politicamente de forma satisfatória. Por isso, quando a afirmativa buscava compreender o grau de concordância com a frase “A organização social é fundamental para consolidar direitos” o quadro de concordâncias quase se repetiu em relação à questão anterior, da luta coletiva, sendo 89,9% nas gradações afirmativas, com uma minoria de 8% na concordância parcial. Da mesma forma como 2,2% de neutros e 0,7% de gradação parcial negativa, não tendo nenhuma resposta “discordo completamente”.

Os membros compreendem a organização social como ferramenta importante no fortalecimento das lutas coletivas. Para que essa organização aconteça de maneira efetiva é necessário o estudo, desenvolvimento de habilidades e estratégias em grupo.

Como grupos, formados num processo de educação ambiental crítica, nos marcos do Licenciamento ambiental, importa compreender as possibilidades de ruptura com as instituições que compõem o PEA-TP. Nesse sentido, buscamos entender sobre o grau de autonomia e percebemos que um elemento amplamente compartilhado pela maioria dos NVCs é o reconhecimento da estrutura que as instituições do projeto conferem para a atuação dos sujeitos da ação educativa e, portanto, 72,6% afirmam que o NVC é completamente ou parcialmente dependente da UENF/Petrobrás/IBAMA.

Contudo, os núcleos guardam divergências acerca do grau de dependência. Existem grupos que ainda não conseguem ter um grau de autonomia e se projetar para fora do próprio núcleo, dependendo principalmente da equipe técnica do projeto para a confecção das pautas, mobilização para as reuniões, além do suporte logístico e material, como acesso a sede, transporte, entre outros. Todos os NVCs reconhecem a importância simbólica de “vestir a camisa do projeto” (literalmente), pois essa carrega o nome de todas as instituições vinculadas, Fundenor, Uenf, Petrobrás, Ibama, o que confere peso e respeito aos NVCs em espaço de participação para fora do núcleo. Porém, outros NVCs dependem menos da equipe técnica na formulação de suas pautas e engajamento próprio, possuindo mais autonomia e conseguindo se organizar de forma mais independente da estrutura material e humana do PEA-TP.

Pensar o grau de dependência é fundamental para refletir estratégias de permanência no futuro acerca dessas organizações sociais, chamadas NVCs. Depois de apresentar os pontos comuns na percepção dos membros acerca de elementos importantes da coesão de um grupo, cabe dizer em primeiro lugar que a experiência da formação dos NVCs é exitosa, com um 92,8% dos seus membros afirmando que o núcleo ocupa um papel de importância em suas vidas, conforme pode ser visto na figura 6.

Figura 6: Sobre a importância do NVC na vida dos membros



Fonte: Elaboração própria da pesquisa, 2023

É esse compartilhamento e trocas ricas que permitem a própria existência do grupo, o exercício da solidariedade orgânica entre seus membros, quanto mais forte for o laço e a solidariedade maior será a coesão, é no grupo que o indivíduo começa a se exercitar como sujeito coletivo que passa a colaborar com a reflexão sobre a própria sociedade e a busca por transformá-la. Viver em grupo é uma necessidade psíquica e social (Sennett, 2012).

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA COMO FERRAMENTA DE COESÃO SOCIAL

A execução do projeto de Educação Ambiental Territórios do Petróleo, se insere em um contexto mais amplo das Políticas Públicas, principalmente dos tensionamentos ocorridos para que as mitigações dos impactos ambientais, por meio da Política Nacional de Meio Ambiente, com a condução do IBAMA fossem pensadas a partir da educação ambiental crítica, tendo como cerne a mobilização de atores afetados pela cadeia produtiva do Petróleo e gás, no caso do PEA-TP na Bacia de Campos. Ou seja, a definição de trabalhar com as populações vulneráveis a essa indústria e incentivá-las ao conhecimento para incidências políticas, participando ativamente da gestão ambiental pública, se traduz numa diretriz formulada pelo órgão ambiental, que vislumbrou a ampliação da participação e do controle social por meio de projetos como Territórios do Petróleo, que se expressa, então como parte condicionante do licenciamento ambiental.

Tal escolha na política foi motivada pela luta de técnicos do Instituto que defenderam a educação ambiental crítica, tendo como cerne a mobilização de atores afetados pelos grandes empreendimentos, no caso do PEA-TP, da indústria do Petróleo e Gás na Bacia de Campos. Ou seja, a definição de trabalhar com as populações vulneráveis a essa indústria e incentivá-las ao conhecimento para incidências políticas, participandoativamente da gestão ambiental, se traduz numa diretriz formulada pelo órgão, que vislumbrou a ampliação da participação desses atores⁷.

Importante ressaltar que esses técnicos, analistas do IBAMA, por sua vez, estavam inseridos num campo mais amplo, junto a educadores populares, militantes e movimentos sociais ambientalistas que tinham como foco a transformação societária e de crítica aos padrões de consumo e destruição imposta pelo capitalismo ao meio ambiente. Esse movimento de luta para pensar outras bases teóricas e pedagógicas é que vai culminar na Educação Ambiental Crítica, no contexto da década de 1980, que nasce se contrapondo à Educação Ambiental convencional ao reivindicar as Pedagogias libertárias e emancipatórias, principalmente as experiências de Paulo Freire nos anos de 1970 pela América Latina (Loureiro, 2003).

O art. 225. da Constituição Federal Brasileira atesta que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”. Porém, pensar a Gestão Ambiental envolve entender os conflitos e atores sociais que disputam recursos ambientais, na medida em que são sentidos/visões de mundo e interesses/projetos divergentes sobre os usos do espaço Antrópico. Desse modo, Acselrad (1993) expressaria que na raiz dos conflitos socioambientais se encontram as disputas entre os interesses privados e coletivos.

Sobre o conflito é importante compreender que só pode ser entendido enquanto tal, quando há a tomada de consciência, por parte dos atores sociais, da ameaça ou vulnerabilidade, e buscam meios de sanar o problema. Quando não há essa consciência das partes, há apenas um problema ambiental, e não conflito, segundo Quintas (2004).

⁷ As diretrizes formuladas pelo IBAMA para a execução de programas de educação ambiental estão expressas na nota técnica 01/2010. O Territórios do Petróleo, enquanto projeto de educação Ambiental se insere na linha B “Controle social da aplicação de royalties e de participações especiais da produção de petróleo e gás natural: apoiar um público diversificado, no acompanhamento, na divulgação e na discussão pública em torno da distribuição e da aplicação dos recursos financeiros das participações governamentais (royalties e participações especiais) pelo poder público municipal”.

Por isso, Quintas (2004) pensar a Gestão ambiental envolve permanentemente a mediação de conflitos pelo Estado dos interesses antagônicos que agem sobre o meio físico-natural e construído, sendo que é no processo de mediação que se define os custos e benefícios a toda sociedade.

Nesse sentido, é a partir da disputa entre os atores sociais e capacidade de capitalizar seus interesses numa arena pública, o Estado, ocupantes do poder, têm o papel crucial de regular a prática desses atores sociais. No entanto, os atores têm posições diferenciadas, maior ou menor poder na capacidade de incidir sobre o Estado, acúmulo de saberes e acesso às informações, o que faz com que essa disputa se dê em condições desproporcionais.

Reconhecendo fatores como esses e acreditando que a Educação Ambiental deveria ser pensada a partir da dialética, entendendo as contradições colocadas pela conjuntura, bem como o quadro dos atores sociais em disputa e não anulando a complexidade e os conflitos colocados para a produção de sínteses é que se concebe uma Educação Ambiental Crítica, que se pretende radicalmente transformadora e emancipadora. Tal concepção nasce vinculada a interpretações marxistas e entende que é urgente o estímulo da cidadania para pensar novos mundos, em que o meio ambiente não chegue ao esgotamento para o enriquecimento de alguns. Assim, entende-se que na raiz da questão ambiental está o sistema Capitalista, como motor de uma lógica destrutiva e privatista, no qual os interesses privados estão acima dos coletivos e a Economia se coloca apartada da promoção de um bem comum e da defesa da qualidade de vida da população.

Assim, é preciso pensar uma Educação capaz de mobilizar pessoas para que se amplie as possibilidades reais de incidência na gestão ambiental, a fim de que atores de menor poder econômico, vetados historicamente dos espaços de poder consigam defender seus modos de vida em contraste com o modelo sistêmico, mercantil e predatório ao meio ambiente, ou seja, à própria vida. Falamos aqui de assentados, marisqueiras, pescadores artesanais, populações quilombolas, pequenos agricultores, entre outros. Nesse sentido, para Loureiro (2003, p.44), a função de uma educação ambiental crítica é fazer as correlações possíveis entre teoria e prática por meio de uma consciência que possa transformar radicalmente a sua própria realidade.

Uma Educação Ambiental Transformadora não é aquela que visa interpretar, informar e conhecer a realidade, mas busca compreender e teorizar na atividade humana, ampliar a consciência e revolucionar a totalidade que

constituímos e pela qual somos constituídos. (...) Não basta também atuar sem capacidade crítica e teórica. O que importa é transformar pela atividade consciente, pela relação teoria-prática, modificando a materialidade e revolucionando a subjetividade das pessoas.

Para o autor, é no processo de Educação que somos transformados qualitativamente e que podemos incidir transformando nossa própria realidade e ao passo que nos engajamos somos modificados permanentemente. Na Educação Ambiental crítica se prioriza a práxis, pois mais do que a habilidade teórica e reflexiva, é necessário pensar essa capacidade em unidade com a atuação. O que se pode dizer dos Núcleos de Vigília Cidadã do PEA-TP, entendendo esses espaços como um espaço de educação não formal, é que os integrantes no Núcleo reconhecem que o conhecimento e o processo dialógico no qual se inserem proporcionou modificações em suas vidas e contribuindo para sua formação humana.

Os núcleos acumulam conquistas a partir das incidências políticas que têm realizado, como a inserção de um símbolo cultural como Patrimônio imaterial em Rio das Ostras, no caso da festa de São Pedro; a vitória na delimitação dos andares de prédios, em Arraial do cabo, a partir da incidência na Lei de Uso e ocupação do Solo; a construção de um painel de monitoramento do portal de transparência, em Búzios, bem como diversas representações no Ministério Público que fizeram ampliar o leque e a qualidade das informações disponíveis para o controle social; a inserção em diversos conselhos de direitos nos variados municípios após a participação no projeto, entre outros.

No mesmo sentido que Mauro Guimarães (2004, p.29) argumenta que a Educação Ambiental Crítica é aquela que se compromete no desvelamento das relações de poder e busca instrumentalizar os atores para que possam se comprometer coletivamente com o fortalecimento da Cidadania tendo condições de provocar interferências significativas no sentido de transformar.

Dentro desta concepção, a Educação Ambiental Crítica se propõe em primeiro lugar, a desvelar esses embates presentes, para que numa compreensão (complexa) do real se instrumentalize os atores sociais para intervir nessa realidade. Mas apenas o desvelamento não resulta automaticamente numa ação diferenciada, é necessária a práxis, em que a reflexão subsidie uma prática criativa e essa prática dê elementos para uma reflexão e construção de uma nova compreensão de mundo.

Assim, entende-se que a Educação Ambiental Crítica se coloca para reafirmar a possibilidade de transformação da realidade a partir de uma leitura totalizante e

exercício de cidadania a partir de práticas coletivas. E nesse sentido se contrapõe à Educação Ambiental convencional. Segundo Mauro Guimarães (2006) foi importante demarcar essa diferença, na medida em que a Educação Ambiental convencional se referencia, muitas vezes, num paradigma hegemônico que fundamenta a própria crise socioambiental e não consegue reconhecer saídas para a crise além das alternativas que culminaram na própria crise, se submete a lógica do Capital. Além disso, sustenta uma posição de desintegração e hierarquia entre ser humano e natureza, na qual o primeiro pode dominar a segunda. Ou ainda, uma posição conservacionista de que o meio ambiente deveria ser intocado, de modo que se mantivesse a defesa da biodiversidade, dissociando, novamente, sociedade e natureza.

As mudanças propostas pela Educação Ambiental convencional se dão muito mais no campo individual/comportamental do que alterações estruturais da sociedade. Assim, pede-se compreensão e mudanças individuais, como se boas práticas individuais pudessem ter por objetivo “o meio ambiente ecologicamente equilibrado”. Já a perspectiva crítica entende que mudanças individuais são necessárias, mas insuficientes para lidar com a questão ambiental e a crise socioambiental. Sendo necessário um projeto coletivo, de revisão e ruptura com os elementos que proporcionaram a própria crise, com o sistema que a fundamenta e sustenta, a fim de promover uma lógica ética ecológica respaldada em valores de justiça social e equidade.

Assim, numa perspectiva crítica, as metodologias participativas da Educação Ambiental devem ter por objetivos, segundo Loureiro: o comprometimento com a democracia, o exercício da cidadania, a defesa da justiça social com distribuição dos bens socialmente produzidos; a condução de problemas de maneira integrada por meio da participação social de atores locais e formação de uma consciência crítica, entre outros (2003, p.72).

Utilizando de metodologias participativas para trabalhar com os Sujeitos da Ação Educativa, o Projeto Territórios do Petróleo, visando mitigar a desinformação sobre rendas petrolíferas nos seus 10 anos de existência estimulou a criação de Núcleos de Vigília, conforme mencionado anteriormente. Os núcleos se consolidaram como espaços de pertencimento, de trocas qualitativas, de compartilhamento de objetivos comuns, de fraternidade entre seus membros, que possibilitou inúmeras incidências políticas. Através dos núcleos é possível evidenciar os resultados desse processo de mobilização de pessoas afastadas dos processos decisórios e o quanto o esforço coletivo

dos NVCs tem propiciado o favorecimento de uma cultura cidadã, com estímulo à participação na Gestão Ambiental Pública.

Por isso, pode-se dizer que a Educação Ambiental crítica ao ser adotada a partir das metodologias participativas funciona como uma ferramenta valiosa de coesão social dos grupos e organizações da sociedade civil, não numa perspectiva institucional, mas ao contrário - a partir de um processo diálogo, em que todos os atores aprendem ao mesmo passo em que ensinam - por meio de um sentido cooperativo, de aglutinar pessoas que pensam de modo crítico sua própria realidade e buscam juntos transformá-la.

CONCLUSÕES

Este trabalho buscou demonstrar como ao se tratar de organizações sociais e do seu papel cidadão é possível articular os conceitos de coesão social ao de Educação Ambiental Crítica. Foi possível perceber o quanto elementos dos mais variados entram em jogo quando levamos em consideração a coesão de um grupo que se pretende atuante compreendendo seu papel político. Por meio do exemplo dos NVCs entendemos que a escuta, a acolhida, a confiança, a cooperação são fundamentais na garantia da coesão social.

Para além disso, entendemos que o sentimento de pertencimento que hoje é compartilhado por todos os NVCs faz parte de um movimento não espontâneo de construção, ou seja, a manutenção dos grupos em um primeiro momento dependia diretamente da ação das equipes técnicas do projeto, da construção de pautas e de mobilização permanente. Isso se evidencia ao observarmos a heterogeneidade dos grupos, seja pela faixa etária, pela posição no mercado de trabalho, gênero etc. Em outras palavras, estas pessoas que hoje se identificam enquanto uma organização coletiva, antes não teriam uma oportunidade de se expressarem coletivamente.

Porém, ano após ano, em um processos dialógico de educação ambiental crítica os valores que permitem a coesão foram se tornando orgânicos entre os grupos, permitindo inclusive a construção de uma identidade desvinculada das instituições do projeto, ultrapassando as metas e objetivos do próprio projeto, que é exercer controle social das rendas petrolíferas, para abranger questões mais amplas que envolvem o orçamento público, incidindo sobre a gestão em múltiplos aspectos como saúde, educação, mobilidade urbana, saneamento básico, assistência social, planejamento

urbano, bem como formação de lideranças com exercício da capacidade representativa adentrando conselhos de direito de diversas políticas públicas.

Cumpre ressaltar que também compartilham conhecimentos com as comunidades de diversas localidades a partir das reuniões comunitárias, nas quais buscam mobilizar não apenas novos membros para os núcleos, como também minimizar o déficit informacional relacionado às rendas petrolíferas e mobilizar pessoas para a incidência política. Este movimento busca fomentar uma cultura de civilidade e contribui para a ampliação de capital social das diversas localidades.

Dito isso, entendemos que o conceito de coesão social, articulado à educação ambiental crítica, pode se apresentar, ao menos a partir do olhar desta pesquisa, de duas diferentes perspectivas. Leia-se: a coesão exercida pelo Estado enquanto uma regulação presente nas políticas públicas (principalmente as relacionadas ao meio ambiente); e coesão enquanto engajamento coletivo a partir dos elementos citados que criam condições favoráveis para ampliar a transparência e a qualidade da gestão pública, com o objetivo de transformar a sociedade.

Os NVCs envolvidos neste processo optaram por consolidar uma associação regional como uma estratégia de sobrevivência de continuidade do trabalho pós fim do projeto PEA-TP. Esta organização social formalizada demonstra um esforço no sentido de equilibrar as fragilidades e potencializar os acertos dos variados processos que envolvem grau de coesão diferentes nos núcleos.

Este processo de formalização vem sendo estudado e será objeto de novos trabalhos. A associação Regional Núcleo de Vigília Cidadã (ARNVC) tem objetivos voltados ao controle social, incentivando o conhecimento sobre orçamento público e sua aplicabilidade, com estímulo à participação popular; promoção da discussão coletiva dos impactos da indústria do petróleo e gás, entre outras matrizes energéticas; desenvolvimento de projetos em Educação Ambiental Crítica; formação e capacitação de lideranças, conselheiros; a publicização de metodologias com fundamento da educação popular, entre outras.

REFERÊNCIAS

- ACSERLRAD, Henri. Ecologia: **direito do cidadão**. Rio de Janeiro: Gráfica JB, 1993.
- BAUER, Martin.W. & GASKELL, George. (org.) **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som – um manual prático**. 7 ed. Petrópolis: Vozes, 2008

Berger, Peter., & Luckmann, Thomas. A construção social da realidade: **tratado de sociologia do conhecimento**. Tradução de Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis: Vozes, 2014.

BETANCOURT, Elaine Martinez; MILIAN, José Ramón Neira. Renovando los supuestos de la cohesión social ¿cómo se construye?. **Intercambio**, San José , v. 18, n. 2, p. 198-230, Dec. 2021. Disp.: http://www.scielo.sa.cr/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1659-49402021000200008&lng=en&nrm=iso access on 24 June 2024.

BODART, Cristiano. Conceito de coesão social. **Blog Café com Sociologia**, ago. 2016. Disponível em: <https://cafecomssociologia.com/wp-content/uploads/2021/03/coesa%CC%83o-social.pdf> Acesso em: 20/06/2024

BRAVO, Maria Inês Souza; CORREIA, Maria Valéria Costa. Desafios do Controle Social na atualidade. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 109, p. 126-150, jan./mar. 2012. Disp.: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/NkpLbcXZf5mPHkHrksGGXnf/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 27 de mar de 2025.

DALMORO, Marlon; VIEIRA, Kelmara Mendes. Dilemas na construção de escalas tipo likert: o número de itens e a disposição influenciam nos resultados? **Revista gestão organizacional** | vol. 6 - edição especial – 2013.

DELEUZE, Gilles.; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs**. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 1995.

FERRELLI, Rita Maria. Cohesión social como base para políticas públicas orientadas a la equidad en salud: reflexiones desde el programa EUROSocial. **Rev Panam Salud Pública**. 2015;38(4):272–7.

GANTOS, Marcelo Carlos. (Coord.) **Experiências e reflexões sobre vigília cidadã para o controle social dos royalties**. Campos dos Goytacazes, RJ:EDUENF, 2019. [recurso eletrônico]

GANTOS, Marcelo Carlos. (Coord.) Territórios do Petróleo: **Cidadãos em ação**. Campos dos Goytacazes, RJ:EDUENF, 2014.

GUIMARÃES, Mauro. Os caminhos da Educação Ambiental: **da forma a ação**. Campinas: Papirus, 2006.

GUIMARÃES, Mauro. Educação Ambiental Crítica. In: **Identidades da educação ambiental brasileira**. Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental; Philippe Pomier Layrargues (coord.). – Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. **Enraizamento, pertença e ação cultural**. Cronos, Natal-RN, v.2, n.1, p. 131-137, jan./jun, 2001.

LIMA, Náthani Siqueira; GANTOS, Carlos Marcelo. Dinâmicas de engajamento e desengajamento político: uma análise no âmbito do Projeto de Educação Ambiental Territórios do Petróleo. **Latitude**, Maceió-AL, Brasil, v. 16, n. 2, p. 242–260, 2022. DOI: 10.28998/lte.2022.n.2.14852. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/latitude/article/view/14852>. Acesso em: 19 jun. 2024.

LOUREIRO, **Ambiente e Educação**, Rio Grande, 8: 37-54, 2003

LUCIAN, Rafael; DORNELAS, Jairo Simião. Mensuração de Atitude: Proposição de um Protocolo de Elaboração de Escalas. **RAC**, Rio de Janeiro, v. 19, 2ª Edição Especial, art. 3, pp. 157-177, Agosto 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-7849rac20151559>. Acesso em :02 mar.2024

LUNA, Sandra Margarita Maldonado. Manual práctico para el diseño de la Escala Likert. **Xihmai**, v. 2, n. 4, 2007.

PUTNAM, Robert. **Comunidade e democracia. A experiência da Itália moderna.** Rio de Janeiro, FGV, 1996.

QUINTAS, José Silva. Educação no processo de gestão ambiental: uma proposta de educação ambiental transformadora e emancipatória. In: **Identidades da educação ambiental brasileira**. Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental; Philippe Pomier Layrargues (coord.). – Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

SENNETT, Richard. **Juntos. Os rituais, os prazeres e a política da cooperação.** Record. 2012.